



## **VOTO DE PROTESTO**

### *CONTRA A BETONIZAÇÃO DAS MURALHAS DAS RIBEIRAS DO FUNCHAL*

Com a aluvião de 1803 foi executada a canalização das ribeiras do Funchal, através de um projeto do brigadeiro engenheiro Reinaldo Oudinot para a construção de muralhas defensivas de pedra aparelhada, que foi complementado com a construção de elaborados mapas da cidade do Funchal, da autoria do engenheiro militar Paulo Dias de Almeida e posterior construção de contrafortes. De forma a permitir a ligação entre as margens das ribeiras, foram construídas pontes, três delas com procedimento administrativo aberto para classificação de Imóvel de Interesse Municipal, bem como as secções visíveis das muralhas das ribeiras, mas cuja opção de destruição foi ponderada.

Estas construções, além de terem a finalidade de proteção e segurança da cidade do Funchal, relativamente a novas enxurradas, tornaram-se parte integrada do próprio Património Cultural e Histórico da Cidade e um cartaz turístico da Região Autónoma da Madeira, quando associada à arborização exótica das margens das ribeiras (entretanto arrancadas) e ao revestimento das mesmas com as tão conhecidas buganvílias, plantadas nos anos 40. Estas imagens tornaram-se assim numa “impressão digital do Município” (Miguel Gouveia, 2016).

Com o 20 de Fevereiro, a história repete-se, acumulando-se pedras, lama e entulho nas ribeiras do Funchal, por todo o seu caudal, não se repetindo, contudo, as estratégias adotadas há 212 anos, ou seja, não foi adotado, tal como proposto por vários especialistas em urbanismo, um “novo Plano Oudinot” (Vilhena, 2010). Em contrapartida, a opção do Governo Regional passou pela construção de um “elefante branco” que tem sido alvo de críticas, por parte de vários especialistas de diversas áreas.

Esta opção de embrulhar “em cortinas de betão armado as muralhas centenárias de basalto, uma malha de vigas de travamento no coroamento e travessões na base” (Danilo Matos, 2016) não retrata as seis recomendações contidas no Estudo de Avaliação de Risco de Aluviões na Ilha da Madeira. Pelo contrário, conforme realçam os especialistas, as prioridades deveriam ter passado pela intervenção a montante, permitindo a retenção de inertes, bem como pela reflorestação das encostas, o que deveria ter resultado de um trabalho pluridisciplinar de planeamento, ao invés de um projeto que envolve uma intervenção nos troços intermédios das ribeiras, resultado de uma “mera obra de engenharia”. Acrescentam ainda os especialistas que, as



## Grupo Parlamentar Juntos pelo Povo

requalificações em curso, num custo estimado de 25 milhões de euros, poderão “conduzir a uma perceção de segurança ilusória”, visto a maior parte das recomendações do referido Estudo terem sido ignoradas.

Hoje, estes “monumentos de condução hídrica que resistiram a todas as intempéries naturais acabarão por sucumbir à ignóbil catástrofe da mão humana” (Emanuel Gaspar, 2016), sem ter sido considerada a multidisciplinaridade de saberes e sem que fossem desenvolvidas intervenções concertadas entre as várias recomendações do Estudo de Avaliação de Risco de Aluviões na Ilha da Madeira.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira aprova este voto de protesto contra a betonização das muralhas das ribeiras do Funchal.